

UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA: NECROPOLÍTICA E VIOLÊNCIA ESTATAL EM VIA ÁPIA, DE GEOVANI MARTINS

Pacification police units: necropolitics and state violence in the Via Ápia, by Geovani Martins

Unidades de policía pacificadora: necropolítica y violencia estatal en la Vía Ápia, por Geovani Martins

Ana Paula Menezes

Mestra

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Letras

Porto Alegre, Brasil

menezesannamenezes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1784-0247> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O estudo analisa o romance *Via Ápia* (2022), de Geovani Martins, sob a perspectiva da literatura marginal-periférica e das políticas de controle social implementadas pelo Estado nas favelas cariocas, especialmente a Rocinha. A narrativa, marcada pela "literatura da descontinuidade", rompe com padrões eurocêntricos ao privilegiar a oralidade, a multiplicidade de vozes e a territorialidade periférica. A obra evidencia os impactos da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), apresentadas como instrumentos de repressão e necropolítica, em consonância com as reflexões de Achille Mbembe e Marielle Franco sobre a gestão da morte e o Estado penal. Ao retratar o cotidiano de jovens negros, a obra expõe a violência estrutural, o racismo e a precarização da vida em territórios marginalizados, mas também revela formas de resistência e reexistência comunitária, em que a cultura e a solidariedade emergem como forças de sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura marginal-periférica. Necropolítica. Violência estatal.

ABSTRACT

This study analyzes the novel *Via Ápia* (2022), by Geovani Martins, from the perspective of marginal-peripheral literature and the mechanisms of social control implemented by the State in Rio de Janeiro's favelas, particularly Rocinha. The narrative, shaped by a "literature of discontinuity," breaks with Eurocentric patterns by privileging orality, multiplicity of voices, and peripheral territoriality. The novel highlights the impacts of the implementation of the Pacifying Police Units (UPPs), presented as instruments of repression and necropolitics, in line with Achille Mbembe's and Marielle Franco's reflections on the management of death and the penal State. By portraying the daily lives of Black youth, the novel exposes structural violence, racism, and the precarization of life in marginalized territories, while also revealing forms of resistance and reexistence in which culture and solidarity emerge as essential forces of survival.

KEYWORDS: Marginal-peripheral literature. Necropolitics. State violence.

RESUMEN

Este estudio analiza la novela *Vía Ápia* (2022), de Geovani Martins, desde la perspectiva de la literatura marginal-periférica y las políticas de control social implementadas por el Estado en las favelas de Río de Janeiro, especialmente en Rocinha. La narrativa, marcada por una "literatura de la discontinuidad", rompe con los patrones eurocéntricos al privilegiar la oralidad, la multiplicidad de voces y la territorialidad periférica. La obra destaca los impactos de la implementación de las Unidades Policiales Pacificadoras (UPP), presentadas como instrumentos de represión y necropolítica, en consonancia con las reflexiones de Achille Mbembe y Marielle Franco sobre la gestión de la muerte y el Estado penal. Al retratar la vida

cotidiana de jóvenes negros, la obra expone la violencia estructural, el racismo y la precariedad de la vida en territorios marginados, pero también revela formas de resistencia y reexistencia comunitaria, en las que la cultura y la solidaridad emergen como fuerzas de supervivencia.

PALABRAS CLAVE: Literatura marginal/periférica. Necropolítica. Violencia estatal.

1 INTRODUÇÃO

Geovani Martins é um dos jovens nomes da literatura brasileira. Estudou somente até a oitava série do ensino fundamental e sempre trabalhou em subempregos: homem-placa, panfleteiro, ajudante de lanchonete e outros, como muitos de seus personagens. Quando questionado quanto de si tem em seus personagens, o autor responde:

Todos eles são 100% Geovani. Até os de que eu não gosto. A única coisa que eu tenho para entender o mundo é minha visão. A gente vai lendo, usando drogas, fazendo exercícios que podem abrir a percepção e levam a gente a olhar o mundo de outra forma, mas é sempre com o nosso repertório. Também não tenho nenhum pudor de me apropriar de histórias da minha mãe, dos meus amigos, de inimigos ou de pessoas que não conheço. Eu as transformo, troco os nomes, invento outro final. (Martins, 2022)

Além disso, o diálogo entre Geovani e seus personagens vai para além da profissão; Geovani nasceu no Bangu, Rio de Janeiro, e habitou diferentes favelas do estado, inclusive a Rocinha, local em que se passa seu primeiro romance, *Via Ápia*.

O autor começou suas publicações em 2013, na antologia *Narrativas curtas*, lançadas pela Festa Literária das Periferias, a FLUP. A FLUP é uma festa literária do Rio de Janeiro que tem como principais características a ocorrência em territórios marginalizados, isto é, espaços que feiras literárias e os interessados pela escrita não costumam (re)conhecer. Desta maneira, muitos autores são nesse circuito “descobertos” ou, finalmente, vistos pela cena literária, colocando suas escritas e suas histórias como emergentes na literatura contemporânea. Em 2014, publicou pela revista *Setor X* e após, novamente pela FLUP em 2015. Apenas em 2018 teve reconhecida a potencialidade para publicação de seu livro de contos *O sol na cabeça*, pela Companhia das Letras.

Neste sentido, estar dentro do universo literário e circulando em diferentes periferias, percebendo-as como produtoras e como consumidoras de conteúdos diversos, como epicentros de histórias, de saberes e de conhecimentos a serem explorados e reconhecidos, fez com que Geovani percebesse a favela como um grande centro.

A favela hoje é centro, gira em torno de si, produz cultura e movimenta a economia. O favelado cria e consome como qualquer outra pessoa do

planeta. E quando digo consome, não me refiro apenas a Nike, Adidas, Kenner, Honda, Black Label, Red Bull, Samsung, Sony, Microsoft. Falo também da cultura pop que faz a cabeça dos jovens do mundo todo, os filmes e as séries de sucesso mundial que bombam nas telas das smart tvs de meus amigos. Shakespeare, Frida Kahlo e Machado de Assis também encontram seus públicos por becos e vielas. (Martins, 2018)

Ademais, é possível constatar que na obra de Martins há grande confluência de sua vida, tanto na criação de seus personagens quanto nos assuntos que permeiam a narrativa, isto é, a implantação da famigerada UPP e como essa invasão afetou a vida de moradores de comunidades, como Geovani Martins.

Suas narrativas utilizam do combustível que o sujeito periférico se apossa todos os dias para continuar lutando pela sobrevivência: o desespero. O medo do amanhã, da imprevisibilidade da vida, da falta de oportunidade e da constante necessidade de seguir tentando todos os dias, conforme afirma em entrevista “pensando sobre todas essas motivações, não posso descartar uma, determinante: o desespero. Estava com 24 anos, desempregado, sem profissão, sendo obrigado a mudar da casa onde vivia”(Martins, 2018). Logo, a escrita permanece intimamente ligada à sua realidade social, à sua vivência enquanto homem negro, pobre e periférico e a todas as desigualdades que assolam uma existência negra assujeitada.

Geovani Martins descreve sua literatura como uma “literatura da descontinuidade”, isto é, como uma ruptura no que se tem consagrado como literatura com valor literário, pois a literatura é “um potencial inesgotável que deve ser constantemente desconstruído, isto é, reinterpretado, e relançado ao futuro” (Perrone Moisés, 2016, p.52). Portanto, a escrita periférica contemporânea, especialmente a de Geovani Martins, é uma ruptura com as formas narrativas dominantes e com as continuidades históricas impostas pelo colonialismo.

Assim, a descontinuidade torna-se um recurso coerente com as experiências de ruptura da própria comunidade retratada. Desse modo, compreendo que uma literatura da descontinuidade apresenta, portanto, personagens, territórios e formas de narrar vivências que se vinculam em grande medida à tradição oral afro-brasileira. Se esta costumava ser representada pela musicalidade, pela tradição griô e pela religiosidade, contemporaneamente, está presente na literatura, pois a literatura não é uma matéria morta, está em constante evolução, porque “a arte encontra seus ‘novos fenômenos’ na vida social. Em função de mudanças de costumes ou de técnicas, pode ocorrer uma

literalização da vida social” (Perrone Moisés, 2016, p.28), rompendo, desse modo, com o silêncio que fora imposto para a maioria minorizada do país.

Nesse sentido, a descontinuidade em *Via Ápia* é elemento essencial para a expressividade da escrivência e da contracolonialidade na obra. A obra não deseja apenas contar uma história sobre mais um ano violento na Rocinha ou como mais vidas foram ceifadas por necropolíticas estatais: ela exige e produz novas formas de contá-la. Isso implica romper com os padrões narrativos eurocentrados e reconfigurar os modos de dizer o mundo, substituindo a linearidade pelo entrecorte narrativo, a norma culta pela oralidade e por gírias juvenis, e a estabilidade do narrador pelo risco da multiplicidade de olhares e de perspectivas.

Sob esse panorama, essa literalização da vida social das favelas impulsiona as vozes dissidentes a falar por si, sem a necessidade de porta-vozes da elite, que expunham dores periféricas como se fossem suas, reproduzindo estigmas e estereótipos de hiperssexualização, criminalidade e preguiça, assim,

o silêncio dos marginalizados é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam falar em nome deles, mas também, por vezes, é quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes. Mesmo no último caso, tensões significativas se estabelecem: entre a “autenticidade” do depoimento e a legitimidade (socialmente construída) da obra de arte literária, entre a voz autoral e a representatividade de grupo e até entre o elitismo próprio do campo literário e a necessidade de democratização da produção artística. O termo-chave, neste conjunto de discussões, é “representação” [...] (Dalcastagné, 2008, p.78-79).

A obra literária de Geovani Martins entreabre horizontes para a realidade de uma das maiores favelas do Brasil, a Rocinha, possibilitando que a vida e a existência desses sujeitos sejam conhecidas e reconhecidas para fora da periferia, isto é, a literatura da margem agora é o centro, pois o olhar da narrativa parte de dentro para fora e não o contrário.

Para explicitar o que se entende por centro e margem neste estudo, recorro à produção de Kilomba (2019, p.67), que se apoia em bell hooks para explicar que estar na margem significa ser parte do todo, mas não integrar o corpo principal. hooks, ao rememorar sua infância no Kentucky, descreve os trilhos de trem como símbolos de sua marginalidade, marcadores de fronteira que separavam o “centro”, as lojas em que não podia entrar, os restaurantes onde não podia comer, as pessoas que não podia sequer olhar nos olhos, do lugar que lhe era destinado, de subalternidade e exclusão. A margem,

assim, é o espaço de onde se é constantemente lembrado de que não pertence, mas também o espaço de onde se pode produzir um olhar crítico sobre o centro.

"Via Ápia" é o primeiro romance de Geovani Martins, publicado em 2022, pela Companhia das Letras. O romance recebe o nome da principal e mais movimentada rua da comunidade do Rio de Janeiro e levanta temáticas importantes como a violência, a necropolítica, o racismo e a exploração do trabalho a partir da perspectiva de 5 jovens negros sobre o processo de implantação das Unidades da Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade e seus efeitos.

A política estatal de combate às drogas e à criminalidade violenta, nesses territórios das favelas, é caracterizada por estratégias de confronto armado contra o varejo do tráfico, em que as incursões policiais ou a sua permanência nesses locais reforçam a iminência de confrontos e o cerceamento da vida cotidiana (Franco, 2019, p.20).

De acordo com Carvalho (2013), a segurança pública consolidou-se como um dos principais eixos da gestão estatal desde a década de 1990, especialmente no Rio de Janeiro, onde diferentes estratégias de "guerra às drogas" dominaram o cenário político por quase trinta anos, apresentando resultados limitados na redução da violência e da sensação de insegurança da população. Nesse contexto, o investimento em segurança passou a se articular à tentativa de reconfiguração da imagem internacional da cidade, intensificada pela preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Em particular, na cidade do Rio de Janeiro, diferentes estratégias de "guerra às drogas" ocuparam a cena pública por quase trinta anos, apresentando poucos ou nenhum resultado significativo diante dos índices de violência e da persistente sensação de insegurança vivenciada pela população carioca (Carvalho, 2013, p. 286).

A implantação das Unidades de Polícia Pacificadora foi apresentada como símbolo desse projeto, sustentada pelo discurso de transição da lógica da "guerra" para a "paz" e pela promessa de integração das favelas ao tecido urbano formal. Contudo, conforme destaca Carvalho (2013), a política de pacificação surge após estratégias repressivas, como a megaoperação no Complexo do Alemão em 2007, e mantém a centralidade do controle territorial e da presença policial como principal forma de regulação desses espaços. Tal dinâmica reforça a associação histórica entre pobreza, marginalidade e favela, legitimando intervenções armadas e permitindo compreender as tensões entre integração urbana e militarização representadas em *Via Ápia*.

O romance organiza-se em três partes que acompanham o período de 2011 a 2013, estrutura que dialoga diretamente com o processo de implantação das UPPs e suas transformações no cotidiano da comunidade. A espacialidade narrativa articula-se entre a favela, especialmente a Via Ápia, a Travessa da Kátia e a região da Cachopa, e a “pista”, denominação utilizada pelas personagens para designar as áreas nobres da cidade, percebidas como espaços hostis e excludentes. A pista evidencia as diferentes relações que os jovens desenvolvem com o espaço, logo, o Shopping é um espaço que os expulsa e frequentemente lembra que ali não é lugar para eles. O restaurante, lugar de trabalho, é um espaço em que é preciso ser quem não é para minimizar a hostilidade de estar ali, portanto, é um local que reforça a desigualdade social e a sensação de não pertencimento.

Essa dinâmica espacial pode ser compreendida à luz da análise de Márcia Pereira Leite (2012), que demonstra como a favela foi historicamente construída, no repertório simbólico carioca, como locus da pobreza, da desordem e da violência, convertendo seus moradores no arquétipo das “classes perigosas”. Inicialmente associada à degradação moral e sanitária e tratada pelo Estado por meio de remoções e projetos de “pedagogia civilizatória”, essa representação se desloca, no contexto contemporâneo, para uma concepção de perigo vinculada ao medo do crime violento e à ameaça à integridade física e patrimonial. Assim, mesmo quando o discurso oficial enuncia integração e cidadania, persiste o estigma que marca esses territórios e seus sujeitos como potencialmente disruptivos, o que sustenta práticas de controle e vigilância. Em *Via Ápia*, a hostilidade experimentada na “pista” e a constante necessidade de adequação performática revelam como essa construção histórica do perigo atravessa as experiências cotidianas das personagens, evidenciando que a prometida integração urbana permanece tensionada pela permanência simbólica e material da marginalização.

o termo favela engloba diversos outros territórios (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos, etc.), não apenas aludindo à precariedade de equipamentos urbanos ou a estatutos de propriedade da terra/moradia específicos (que são hoje muito diversos nas diferentes localidades), mas sobretudo identificando-os pelo estigma da marginalidade, desordem e violência que os recobre, transformando seus moradores, os favelados, no arquétipo das “classes perigosas”. (Leite, 2012, p. 378)

Em contraposição, a narrativa de Geovani Martins reconstrói o universo da periferia do Rio de Janeiro pelas perspectivas de moradores desses espaços, utilizando-se de suas experiências e das experiências das histórias ouvidas, das conversas e das constantes mudanças de um morro para o outro. Assim, a história da Rocinha precisa ser contada e

recontada para dar visibilidade aos moradores, visibilidade para as suas necessidades e para o desejo constante de regulamentação de suas casas e de seu território para que possam viver em paz.

Mesmo marcada por níveis elevados de subempregos e de informalidade nas relações de trabalho, baixo grau de soberania frente ao conjunto da cidade, fraco investimento social e outros problemas da mesma ordem, a favela acaba por apresentar uma vida, ações e perspectivas que a colocam, em determinados momentos e circunstâncias, como um protagonista no desenvolvimento da própria cidade (Franco, 2016, p.47).

É nesse cenário de disputas por representação, territorialidade e legitimidade da voz periférica que se insere a análise das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em *Via Ápia*. Se a literatura de Geovani Martins rompe com a tradição eurocêntrica ao recentrar a experiência da favela, é também por meio dessa ruptura que a narrativa explicita os mecanismos de controle, violência e gestão da morte implementados pelo Estado. Assim, compreender a implantação das UPPs na Rocinha, tal como representada no romance, exige articulá-la às noções de Estado penal, necropolítica e brutalismo, categorias fundamentais para a leitura da violência estatal que atravessa a obra.

2 UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA: NECROPOLÍTICA E VIOLÊNCIA ESTATAL EM VIA ÁPIA

Isto posto, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) tornaram-se uma realidade amedrontadora para as periferias do Rio de Janeiro. Sua implantação foi iniciada em 2008, com o objetivo de reduzir a violência nesses locais e melhorar a segurança em áreas marcadas por intenso tráfico de drogas e conflitos entre rivais do tráfico. A iniciativa foi lançada pelo governo estadual como estratégia para pacificar favelas e integrar essas comunidades ao restante da cidade, promovendo uma presença policial mais comunitária e menos repressiva. Entretanto, essa política de segurança pública adotada pelo Estado entrou em contradição com seus objetivos originais ao enfrentar graves problemas em sua aplicação.

A promessa de uma presença policial comunitária frequentemente se viu comprometida pela implementação de práticas agressivas e pela falta de preparo adequado dos agentes para lidar com as complexidades das comunidades que deveriam proteger, recorrendo a violência, paradas armadas aos moradores e tiroteios constantes dentro das comunidades. As operações das UPPs, que se pretendiam pacificadoras, acabaram muitas

vezes exacerbando tensões locais e contribuindo para uma sensação de insegurança entre os moradores, que sofriam com represálias e agressões físicas e verbais durante as vistorias.

A falta de integração efetiva com os serviços sociais e a incapacidade de oferecer alternativas reais para o desenvolvimento social das comunidades resultaram em uma crescente desilusão e desconfiança em relação ao projeto. Assim, enquanto a iniciativa visava reduzir a violência, as dificuldades operacionais e as respostas inadequadas às necessidades locais, acabaram por minar parte de seus objetivos, demonstrando a complexidade e os desafios de implementar políticas de segurança em contextos tão diversos e dinâmicos.

A leitura das transformações territoriais provocadas pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora pode ser aprofundada quando se observa como os discursos de segurança pública reorganizam simbolicamente o espaço urbano periférico. Conforme observa Marcelo Reis (2021), as narrativas sobre a cidade frequentemente atribuem ao crime e às políticas de pacificação um papel estruturante na representação das favelas, produzindo um imaginário social que associa esses territórios prioritariamente à violência e à necessidade de controle estatal.

Marielle Franco, em sua dissertação de mestrado, discute o quanto essa política de segurança pública reforça o modelo de Estado penal e se integra no projeto do neoliberalismo, destacando que a política estatal de combate às drogas e à criminalidade violenta, nesses territórios das favelas, é caracterizada por estratégias de confronto armado contra o varejo do tráfico, em que as incursões policiais ou a sua permanência nesses locais reforçam a iminência de confrontos e o cerceamento da vida cotidiana (Franco, 2018, p.20). Além disso, ao privilegiar o discurso institucional das forças de segurança, contribui para o apagamento das múltiplas dinâmicas sociais presentes nesses espaços e reforça a legitimação de intervenções repressivas sob o argumento da pacificação.

Outrossim, a autora reforça que a alusão à ideologia de paz e de guerra às drogas utilizados pela política de segurança revela-se um verdadeiro instrumento de captação de apoio e de conquista da opinião pública, evidenciando que, na verdade, o projeto de pacificação, da maneira em que foi realizado com toda a violência e o despreparo de seus agentes, apenas serviu como “uma política de exclusão e punição dos pobres, escondido por trás do projeto de UPPs” (Franco, 2018, p.11), visto que a implantação das polícias afetou o comércio local, que precisou de regulamentação e não resistiu ao pagamento de impostos e processos regulamentares, afetou diretamente o direito de ir e vir dos

moradores, restringindo-os a espaços em que não pudessem ser vistoriados e ameaçados pela “segurança pública”, bem como afetou a regulamentação de serviços públicos como água, luz e telefone, que tiveram que ser normalizados acarretando novos gastos para a manutenção de casas com salários muito baixos.

Como se percebe, territórios marginalizados e suas comunidades são marcados por diversas violências estatais, de modo que apenas a tentativa de pacificação não é suficiente, é preciso garantia de direitos básicos para que se possa viver dentro da normativa da cidade grande, visto que o Estado está ausente nesses territórios de muitas maneiras.

[...] há duas ações predominantes no Estado frente aos territórios populares: tornar-se ausente, ou não se fazer totalmente presente. As duas opções demonstram a escolha feita pelo Estado, seja quando sob a prerrogativa da garantia de direitos, opta por baixos investimentos e poucos equipamentos e/ou marca a sua presença com o uso de força e da repressão (Franco, 2016, p.27).

A aplicação de projetos sem o olhar atento para essas demandas acarreta resultados como os encontrados na análise de Franco (2016, p.70): “o cenário indica, ainda, uma política com características de ampliação da população carcerária (na maioria pobres e pretos), de um lado e de outro, o isolamento dos territórios ocupados por esses sujeitos sociais”, fatores esses que ampliam as desigualdades sociais e a exclusão desses indivíduos do seio social. Outrossim, esse encarceramento em seus próprios territórios e a chamada “guerra ao tráfico” desencadeia um ciclo de violência ainda maior, deixando como consequência o medo entre os moradores, e “este é o ambiente propício para o senso comum que, generalizando, acaba por capturar o imaginário social e justificar, para o conjunto da cidade, essa chamada ‘guerra ao crime’” (Franco, 2016, p.68).

Entretanto, como bem reforça a autora, nem as drogas ilícitas, nem as armas de grande e pequeno porte são produzidas nesses territórios, evidenciando que o enfrentamento direto dentro das favelas não garante a desmobilização total do comércio de armas e drogas, de modo que “o que é vivido nesses territórios de permanência militar pode ser conceituado como uma ‘guerra aos pobres’” (Franco, 2016, p.69). De resto, é importante ressaltar, ainda, que a “pacificação das favelas” e a freada do uso de armamentos por criminosos dentro das favelas, com a diminuição da circulação livre e o desempoderamento desses grupos dentro das periferias, trouxeram para essas comunidades uma nova realidade de violência. A exposição armamentista não deixou de ser uma realidade nesses locais, embora tenha passado a se apresentar na mão de

autoridades estatais e de forma legalizada, e “pode-se dizer que ainda há um processo de militarização que substituiu a exibição ostensiva das armas, antes nas mãos dos grupos criminosos e hoje nas mãos do braço armado e legal do Estado, que possui o poder do uso da força.” (Franco, 2016, p.94).

Embora as Unidades de Polícia Pacificadoras tenham surgido em 2008, inspiradas no modelo Comunitário da Colômbia, o uso do poder armamentista e da força policial contra as populações pobres e marginalizadas não é uma particularidade deste momento situacional da implantação. O uso das forças policiais como controle social e gestão de vidas, em que o Estado define quais corpos e territórios são considerados dignos de proteção e quais podem ser descartados, se inicia desde o processo de escravização, acentuando-se nas políticas de encarceramento de pretos fugitivos ou livres, como a Lei da vadiagem e outros dispositivos legais do período pós-abolicionista.

Desta maneira, a implantação de polícias pacificadoras dentro de favelas, morros e comunidades carentes não assegura à população desses espaços seus direitos fundamentais, nem mesmo auxilia com a presença estatal na resolução de demandas essenciais para uma vida digna, ao contrário, seus executores “violam os direitos fundamentais, e a violação do direito à vida também está incluída nessa forma de oprimir” (Franco, 2018, p.105).

Em contraponto, a narrativa de *Via Ápia*, de Geovani Martins, evidencia que a favela se constitui também como espaço de sociabilidade, pertencimento e construção identitária. Nesse sentido, o conceito de “pedaço”, formulado por Magnani e aproveitado por Reis (2021) em sua análise permite compreender a territorialidade periférica como um ponto de referência afetivo e social, no qual se estabelecem redes de convivência, práticas culturais e relações comunitárias que estruturam o cotidiano dos moradores. Assim, ao representar a Rocinha para além do enquadramento da violência e da criminalidade, a obra evidencia que as intervenções estatais não incidem apenas sobre um território marcado pela precariedade, mas sobre espaços historicamente constituídos por vínculos sociais e formas próprias de organização coletiva. Desse modo, a presença ostensiva do Estado, ao mesmo tempo em que se apresenta como política de segurança, pode ser compreendida como mecanismo que desestrutura redes comunitárias e intensifica processos de controle e gestão da vida e da morte, aproximando-se das dinâmicas necropolíticas que atravessam a experiência periférica contemporânea.

Sob esse enfoque, o Estado apresenta um poder político que se organiza e se manifesta na decisão de quem pode viver dignamente dentro da sociedade e quem deve

morrer para que essa sociedade siga funcionando de acordo com as normativas coloniais, logo, determina quais vidas são valorizadas e benquistas dentro do parâmetro social e quais vidas são descartáveis e desconsideradas, indo ao encontro do conceito do filósofo camaronês Achille Mbembe, a necropolítica.

Para o desenvolvimento do conceito de necropolítica, o estudioso camaronês amplia o sentido de biopolítica de Michel Foucault, que aborda o controle de vida pelo estado, moldando essa população de forma a torná-la economicamente ativa e politicamente dócil, regulando aspectos relacionados à saúde, à natalidade e à mortalidade dos cidadãos. Mbembe, por sua vez, expande essa perspectiva de controle da vida elaborando a relação entre poder, soberania, “a capacidade de definir quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2018, p.41), e violência, focalizando essa política no controle da morte. O controle da morte, a necropolítica, se concentra na gestão da precariedade de certas populações, majoritariamente negras, pobres e subalternas. Nesta gestão da precariedade, as instituições governamentais, o Estado e a polícia exercem o poder de decidir quem deve morrer e quem deve viver. Essa decisão se manifesta com políticas de exclusão sistêmica, genocídios, guerras, abandono estatal e racismo estrutural. O racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade.

O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas de seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados etc., abaixo da linha do humano) (Grosfoguel, 2020, p.59).

Logo, o racismo é a base legitimadora para a escolha dos corpos que são negligenciados e expostos a essa política de morte, corpos esses que se concentram em espaços em que a vida é precarizada ou intencionalmente destruída, como favelas, morros, centros penitenciários, entre outros, os quais podem ser lidos como a colônia citada por Mbembe.

[...] as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. [...] Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’ (Mbembe, 2018, p.35).

Portanto, esse território precarizado que, como mencionado anteriormente, sofre das consequências da ausência estatal, funciona como “zona de morte” em que corpos de grupos minorizados e subalternizados são excluídos da proteção e do asseguramento do Estado e submetidos a formas de extrema violência regulamentada por essa mesma instituição. Logo, as Unidades de Polícia Pacificadora podem ser vistas como ferramenta nessa execução de corpos matáveis e descartáveis, sendo as periferias e as favelas espaços regimentados para a morte.

Ademais, é preciso enfatizar que a necropolítica analisa essa gestão da precariedade da vida tomando situações de desigualdade e de insegurança da vida para além de sua morte física, evidenciando que a ausência do Estado para com certos territórios e certos sujeitos, enquanto uma política de morte, coloca como única opção a mera sobrevivência dentro do cenário de negação à saúde, à educação, à moradia e à segurança.

Isso posto, realça-se que colocar o sujeito em uma constante luta pela mera sobrevivência é também uma forma política de extinguir a vida dentro desses territórios. Sob essa ótica, o brutalismo intensifica a necropolítica ao promover o reinício contínuo da violência, em que o “prazer de matar” e a liberação dos instintos de crueldade se aliam à atuação do Estado como executor de crimes comuns contra a população civil.

Esse ciclo perpetua a precarização da vida e transforma os espaços de habitação de populações subalternizadas em cenários de guerra permanente, em que a sobrevivência é política, mas também insuficiente para superar a negação sistemática de direitos fundamentais, reforçando a lógica colonial e racista que sustenta a necropolítica.

Sob essa perspectiva, a mobilidade desses corpos dentro do próprio centro urbano é reduzida e considerada um fator de insegurança e hostilidade, pois, assim como corpos negros circulando pela cidade eram alvos da Lei da Vadiagem, no neocolonialismo, esses corpos são presas fáceis da polícia e da violência de uma classe dominante que regula quem pode ou não estar em espaços privilegiados da cidade.

Neste sentido, Mbembe (2022, p.52) reforça que essa ausência de mobilidade encarcera esses sujeitos às suas próprias periferias ou em centros prisionais, uma vez que, assim como a morte, o encarceramento em massa das populações pobres e negras é uma forma de manutenção e controle de corpos em excesso. Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele.

Quando seus documentos são solicitados (fundamentalmente a carteira profissional) e se constata que está desempregado, o negro é preso por vadiagem; em seguida, é torturado (e muitas vezes assassinado) e obrigado a confessar crimes que não cometeu. De acordo com a visão dos policiais brasileiros, “todo negro é um marginal até prova em contrário”. Claro está que esse consenso setorial não é uma casualidade (Gonzalez, 2020, p.40).

. Essas categorizações da diferença pautam o sistema escravista colonial na escolha e na justificativa para a escravização dos povos africanos e seguem pautando a diferenciação que justifica e regula o controle de morte de corpos negros. Mbembe, em *A crítica da razão negra* (2014, p. 11), especifica que a categoria de raça é uma diferenciação crucial para a legitimação de crueldade e crime contra a população negra, assim como as categorias de gênero e classe social, “funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmagórica, a raça tem estado no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, e terá sido a causa de devastações físicas inauditas e de incalculáveis crimes e carnificinas”. Assim, a raça não apenas moldou as dinâmicas do passado, mas também continua a influenciar as relações sociais e as políticas atuais, perpetuando desigualdades e formas de violência legitimadas por essa diferenciação histórica.

O cerne da narrativa de Via Ápia acompanha as reações da comunidade da Rocinha em face da notícia da implantação da UPP. Está presente nas conversas de janela, nas conversas de bar em bar. Não sai da boca do povo. A especulação sobre o assunto, como ocorrerá e o que causará, é preocupação de todos, desde os usuários de entorpecentes até as mães inseguras pelas vidas de seus jovens filhos negros. Naqueles dias, a chegada da UPP era o grande assunto de toda a Rocinha. Em qualquer padaria, igreja, boteco, lanchonete ou barraca de camelô, era possível entrar na discussão.

Cada morador apoiava uma teoria ou criava a sua própria, desde as mais trágicas até as mais otimistas, mas a real é que ninguém tinha certeza de nada (Martins, 2022, p.112). Além disso, os jovens sabiam que a implantação da UPP não buscavam unicamente a redução de criminalidade, segurança ou pacificação, como integra o nome da proposição, mas baseava também em uma forma capitalista de aniquilar corpos indesejados e colocar em prática o que Mbembe denomina necropolítica e brutalismo, isto é, mecanismos que controlam quem deve viver e quem deve morrer dentro da estrutura organizacional da sociedade, utilizando-se estratégias violentas de guerras como forma de redução e aniquilamento de corpos indesejados, como afirma também Franco (2018, p.69): “as UPPs

fazem parte de um projeto do capital para viabilizar uma cidade de negócio, e não para a resolução dos problemas com a criminalidade”.

Isso posto, a pacificação apresentou-se menos como um projeto de segurança e liberdade, e mais como uma forma controlar a existência dos grupos periféricos e limitá-los ao espaço de violência e da subalternidade, o que vai ao encontro do pensamento de Mbembe (2022, p.83), para quem “o projeto da sociedade de segurança não é afirmar a liberdade, mas controlar e governar os modos de aparição.” Essa política da morte condiciona a existência desses jovens de modo que suas expectativas são reduzidas pela falta de oportunidades, de representatividade e de possibilidades de sonhar, de construir e de viver outras realidades.

Deste modo, planos de entrar em uma Universidade, comprar uma casa ou mesmo obter um bom emprego parecem irrealis e completamente distantes, até mesmo uma ousadia: “todos aqueles planos e a certeza com que Gleyce falava sobre a própria vida, fizeram Washington sentir inveja, também um pouco de pena, porque lembrou de um monte de merda que pode acontecer na vida de alguém” (Martins, 2022, p.105).

A política de morte aparece de diferentes maneiras na narrativa, desde a morte física real por bala perdida, como a de Washington, até a morte simbólica experimentada pela impossibilidade de circular pela cidade livremente, sem tornar-se um alvo fácil para apreensão pelo Estado, o despertencimento no seu próprio espaço de criação. Um exemplo evidente disso está na diferença de tratamento em situações de consumo de drogas. Wesley, detido por fumar um baseado na praia de Copacabana, é algemado e levado à delegacia. O real motivo de sua abordagem não foi o uso da droga em si, mas sua presença indesejada naquele espaço de elite:

O que me deixava cheio de ódio era que a gente tava pertinho ali da boca onde eu comprei a porra da maconha, papo de uma rua. Tu tá ligado onde é ali a delegacia na frente do Shopping né? Então, é isso. Os cara vendendo normal tudo ali na Cruzada, e eu de bucha esperando a porra da perícia (Martins, 2022, p.62).

Em um segundo momento, é Douglas quem vivencia situação semelhante de contraste entre a realidade de consumo de entorpecentes dentro e fora da favela. Ao passar por uma padaria-bar-restaurant localizada em frente à saída de uma universidade, sente um cheiro forte de maconha. Sentir o cheiro desperta em Douglas um grande desejo de fumar maconha, até cogitar pedir para os jovens universitários uma tragada no baseado, mas não consegue nem mesmo se aproximar desse público, impedido não apenas pela distância social, mas também pela percepção da sua diferença. Esse sentimento se

intensifica quando ele observa um carro de polícia passando em direção à padaria, o que o faz se afastar rapidamente, temeroso de ser abordado.

A contradição fica evidente quando, ao olhar para trás, percebe que o mesmo carro de polícia segue sem parar, sem nenhum tipo de repressão aos universitários: “depois de ganhar distância, olhou de volta pra ver se deu algum caô lá na padoca, que a marola era forte. Mas o Logan passou batidão, sumindo no caminho pro Parque da Cidade” (Martins, 2022, p.66).

Portanto, fica explícita para o leitor a diferença de tratamento dispensado aos diferentes grupos socioeconômicos, revelando a imparcialidade e seletividade do sistema de segurança pública que criminaliza jovens pretos e pobres enquanto absolve os jovens da elite. Além dessa diferenciação de tratamento, outra prática que pode ser vista como uma ferramenta da necropolítica é a negligência médica e a omissão dos gestores de saúde diante de um público periférico e subalternizado.

A falta de recursos, a escassez de profissionais qualificados e a desvalorização dessas vidas são elementos recorrentes que fazem parte de uma estrutura de exclusão social mais ampla, ou seja, de uma gestão de morte pensada politicamente para o extermínio. Thiago, colega de Murilo no quartel, relata a perda de um amigo que expõe a realidade cruel do sistema público de saúde.

Uma semana depois desse bagulho o amigo morreu. Deu uma parada estranha na barriga dele, a família levou pro hospital que não tava aguentando de dor. O médico falou que aquilo ali era reação do uso de droga, que se ele ficasse na moral, descansando e bebendo água, rapidinho ficava bom de novo. O méno voltou pra casa, mas ficou fodido três dias direto. Só piorava. A irmã dele me disse que no último dia a barriga dele tava que parecia que ia explodir. Levaram ele pro hospital e um outro médico lá viu logo que era apendicite, tava no limite já, ia ter que operar na hora, Só que ele morreu antes. Tinha acabado de fazer dezoito anos (Martins, 2022, p.77).

Desta maneira, mesmo que a situação narrada por Thiago seja uma espécie de anedota para que o amigo dê valor ao colega de quarto, é possível perceber a denúncia do autor sobre a negligência médica. O primeiro médico, ao diagnosticar de forma superficial, contribuiu para que o quadro do jovem se agravasse. A omissão de cuidados adequados e a falta de escuta às necessidades reais do paciente fazem parte de um ciclo de violência estrutural que não se limita às ações diretas de repressão, mas também se manifesta nas instituições de saúde, espaço em que as vidas consideradas "menos valiosas" são tratadas com descaso.

Além disso, a intervenção militar afetou radicalmente as economias populares e o comercial local, como os mototáxis, alternativa econômica para o deslocamento dentro da favela; nessa perspectiva, o direito de ir e vir da comunidade é diretamente afetado, tanto na questão de mobilidade quanto na ferrenha intervenção dos soldados que questionam e agredem os passantes-suspeitos.

A mobilidade desses jovens na cidade do Rio de Janeiro já era comprometida, pois nunca pertenceram a espaços que não fossem os das periferias. Não conheciam os bairros nobres da sua própria cidade, abertos para milhares de turistas todos os anos, mas desde sempre fechados para eles: “Se puxar o fundamento, eu nunca fui no Cristo, Vista Chinesa, Pão de Açúcar, porra nenhuma. Nem no Dois Irmãos eu nunca fui [...] - Rio de Janeiro só é cidade maravilhosa pros outros mermo” (Martins, 2022, p. 246). O único momento da narrativa em que os jovens se sentem pertencentes à cidade é durante uma subida à Pedra da Gávea. A vista do nascer do sol, com os pés em cima da cidade, é emocionante e os faz sentirem-se vivos e, finalmente, partes do que é a vida carioca. Contudo, relembram a história de um dos amigos sobre a primeira vez que subiu a Pedra e na descida acabou dentro de um condomínio de luxo, enxotado como bandido perigoso pelos seguranças do lugar, evidenciando o que Mbembe chama de fronteirização (2022, p.76).

Na realidade, tudo nos remete à fronteira, marco zero da não relação e da negação da própria ideia de uma humanidade comum, de um planeta, o único que temos, que juntos compartilhamos e ao qual nos vincula nossa condição comum de passantes. Mas talvez fosse necessário, para ser bem exato, falar de “fronteirização” em vez de fronteiras. O que é, pois, “fronteirização” senão o processo pelo qual os poderes deste mundo continuamente convertem certos espaços em lugares intransitáveis para determinadas categorias de pessoas? O que é senão a multiplicação consciente de espaços de perda e de luto, onde as vidas de tantas pessoas consideradas indesejáveis chegam para serem destroçadas?

A negação aos favelados da participação de uma humanidade comum, multiplicando os espaços de perda e de luto é intensificada na noite da implantação da UPP, que desestabilizou a – relativa – paz de todos. A constante ameaça de tiroteios entre traficantes e policiais pairava no ar, gerando um clima de tensão e medo. Além disso, a possibilidade de invasões nas casas para buscas e apreensões deixava os ânimos à flor da pele.

Dona Marli não ia dormir em casa. A família pra quem trabalha inventou um almoço importante, e como ninguém sabe o dia de amanhã, acharam melhor que ela passasse a noite no serviço. Washington também pensava que a

melhor forma era ela ficar longe do morro, mesmo sabendo que sua presença podia aliviar a barra no caso da polícia brotar de bicho. De qualquer maneira, imaginar a mãe naquela situação – ver suas coisas todas reviradas, os filhos sendo tratados quem nem bandidos – parecia muito pior (Martins, 2022, p.132).

A implantação foi tão aterrorizadora quanto às expectativas previam, tirando a efervescência da Avenida mais vivaz e movimentada da Rocinha: “o Águia parecia que tava até dentro de casa. Mó barulho sinistro, chegava a tremer o prédio todo. [...] Biel olhava pela janela e não via nenhum sinal de vida.” (Martins, 2022, p.143). E como previsto por todos, as ações violentas e invasivas tomaram conta, e “a descrição de elementos” passou a ser argumento para invasões violentas das casas, violação de pertences pessoais e agressões físicas aos jovens “suspeitos” pelo único fato de serem corpos negros dentro da favela, espaço em que suas mortes são permitidas e ignoradas pelo poder público.

Com o ódio que sentiu, Biel conseguiu entender melhor do que antes quem fechava na boca e aplicava pra cima daqueles filhos da puta, quem joga granada embaixo de caveirão. Não dá pra aceitar aquilo. Um cara meter o pé na tua porta, mexer nas tuas paradas, te tratar que nem bandido sendo que nunca te viu (Martins, 2022, p.148).

Logo nas primeiras horas da manhã da implantação, era evidente que a rotina da comunidade estava prestes a sofrer mudanças drásticas. A movimentação incomum de vendedores autorizados de TV a cabo, internet e telefone pela região sinalizava que os serviços irregulares de “gato net”, que até então eram a única alternativa acessível para muitos, não retornariam tão cedo. Essa interrupção afetava diretamente o cotidiano dos moradores, que dependiam desses serviços clandestinos, não apenas para o entretenimento, mas também para o acesso à informação e comunicação. Com essa alteração na forma de gerir o acesso aos meios comunicacionais, surgia um sentimento de incerteza acerca da adaptação ao sistema regulamentário, visto que muitos não teriam condições de arcar com os novos custos.

Outrossim, é preciso enfatizar que o primeiro movimento provocado pela implantação afetou diretamente a vida financeira das comunidades, restringindo serviços de entretenimento e comunicação. Todavia, a garantia de direitos como água potável e saneamento básico não se confirmou.

Foi botar o pé na Via Ápia pra ser abordado por um vendedor autorizado na NET. O caro oferecia uma promoção especial de TV a cabo, mas Biel não ficou pra escutar até o fim, pediu desculpas e se adiantou. Mal conseguia se livrar daquele, já brotou do meio do nada uma outra vendedora autorizada, dessa vez pela Oi. Ela oferecia um pacote imperdível com televisão, internet e telefone. Na hora Biel percebeu: o gatonet não voltava tão cedo (Martins, 2022, p.144).

Outra medida de regularização imposta à periferia após a implantação da Polícia Pacificadora foi a intensificação de multas por infração de trânsito, afetando diretamente trabalhadores do mototáxi e freteiros, como o caso de Borracha, freteiro na comunidade há 25 anos: “Amigo meu levou multa e o escambau um dia desses. Agora vê, só vinte cinco ano que eu trabalho com isso aqui, nunca deu problema, nunca. Agora fala, vai mudar o quê? [...] - Tu viu que roubaram um mercadinho ali no Valão?” (Martins, 2022, p.164). É perceptível na fala da personagem o quanto se sentem injustiçados com as medidas de regularização, pois viviam há anos na profissão que funcionava de maneira adequada para todos e se viram afetados diretamente pelas mudanças bruscas, além disso, o sentimento de segurança não aumentou, pelo contrário. Outro elemento citado por Borracha é o aumento significativo da violência.

A violência e a criminalidade não diminuíram devido ao policiamento acirrado dentro da comunidade, pelo contrário, além do policiamento ostensivo com armamento pesado circulando pelos becos da comunidade em mãos oficiais, começaram a ocorrer também roubos em pequenos comércios, o que antes não era permitido dentro da comunidade. Portanto, a presença policial não trouxe a segurança e a pacificação esperadas. Não só os jovens sofriam reprimendas violentas de polícias, como também os comerciantes, que antes gozavam de relativa proteção, passaram a sofrer com o pico de violência que estava se alastrando na comunidade.

Além disso, as batidas policiais tornaram-se mais frequentes, e o espaço que antes era de pertencimento e acolhida tornou-se espaço de violações, de tapas na cara e de medo. Mesmo a maconha, substância utilizada pelos jovens como forma de descanso e alívio das turbulências diárias, com a implantação da Unidade Pacificadora, perdeu a qualidade. O pó tornou-se a única opção acessível e disponível para os usuários, deixando claro que a guerra às drogas não buscava eliminar o uso de entorpecentes, mas controlar seu uso e definir quem seria massacrado por sua utilização. Isto é, aqueles que conseguiam pagar por um produto mais caro teriam opções para o consumo, enquanto restaria àqueles que resgatavam o trocado da passagem opções mais pesadas e letais de entorpecentes.

Após um ano da implantação da UPP, as ações policiais dentro do morro passaram a ser mais violentas e a reação dos traficantes deixou de ser pacífica.

Os jovens passaram por rusgas policiais, que evidenciavam que o objetivo parecia ser criminalizar e intimidar a população, configurando-se como uma prática criminosa, como demonstra o trecho: “aí que eles choqueou mermo, falou que, se ninguém desse o bagulho, ia geral pra delegacia e pá, que tinha um quilo de farinha no Logan só no aguarde de qualquer neguim pra assumir a bronca, fala” (Martins, 2022, p.171).

Neste sentido, se o slogan do projeto era pacificar, o que fica evidente é que a implantação apenas intensificou a violência e a agressividade na periferia, tornando aquele espaço mais hostil e brutal. Dessa maneira, passou a ser uma realidade possível não sair com vida de uma batida policial: “e o que dá mais raiva, raiva mesmo, que chegava dar vontade de chorar, é ter a noção de que ainda deu sorte. Se cai na mão desses caras no meio da noite, num beco vazio, poderia ser muito pior” (Martins, 200, p.193), ou ainda “nem estatística virava” (Martins, 2022, p.174).

O apaziguamento das ações da Unidade Pacificadora ocorreu apenas após a morte de Amarildo, um operário negro que desapareceu após uma abordagem policial. O caso de Amarildo incitou a investigação de episódios de tortura, assassinatos e ocultação de cadáver: “papo reto: precisou desse bagulho do Amarildo aí, depois disso a mídia caiu em cima aqui no morro. Foi isso que mudou. Aí eles teve que ficar na moral, aceitar o arrego e ficar no sapatinho” (Martins, 2022, p. 335).

Entretanto, na ficção, a morte de Washington desencadeia o sentimento de impotência, a luta contra o sistema havia sido perdida. A morte do jovem provocou o vazio na casa de dona Marli e afastou os garotos de suas vidas e de seu território de existência e pertencimento, pois foi nesse mesmo lugar que a vida havia sido ceifada.

Desde o início das UPPs, alguns moradores da favela foram assassinados pelas mãos armadas do Estado. Somente em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídios (MS/SVS/Dasis, Sistema de Informações sobre Mortalidade, dados preliminares de 2010), ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes, sendo que 70,6% das vítimas eram negras. Ao analisar a faixa etária desses mortos, 26.854 eram jovens entre 15 e 29 anos, ou seja, 53,5 do total (Franco, 2018, p. 106).

Fora da ficção, o caso de Amarildo e a exposição midiática de todo o abuso, arbitrariedade e prepotência policial fizeram a vida voltar a pulsar dentro dos limites territoriais da Rocinha. A juventude negra, junto com as batidas do baile funk da maior favela do país, pulsa vida, força e resistência para superar e transformar a realidade “As

luzes agora piscavam frenéticas, a fumaça das máquinas se misturava com a dos cigarros e baseados, o som do tambor digital atravessava aquelas centenas de corpos, e era a vida – sempre ela e nunca a morte – o que fazia aquele chão tremer” (Martins, 2022, p.337).

Neste sentido, as vivências cotidianas retratadas por Geovani Martins, as disputas de poder e de pertencimento e as desigualdades sociais que assolam esses espaços minam os sonhos, os desejos e as perspectivas de vidas de uma juventude negra e marginalizada dentro das favelas, evidenciando que precisam de força, cooperação e solidariedade comunitárias, além de alternativas subjetivas como forma de sobrevivência em uma sociedade que insiste em encarcerar e minar suas existências. Outrossim, o sentimento de subalternização, somado aos estereótipos que reforçam o tratamento desigual e violento dentro das favelas, e as condições socioeconômicas e étnicas desses sujeitos reforçam a necessidade de adaptação e inventividade como formas de sobrevivência individual e coletiva, embora seja preciso relegar sonhos em prol da mera sobrevivência.

3 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a representação literária das periferias urbanas permite compreender, de forma crítica, os processos históricos e sociopolíticos que estruturam as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Ao dialogar com as reflexões de Monique Batista Carvalho (2013), foi possível observar que a política de pacificação, especialmente por meio das Unidades de Polícia Pacificadora, se consolidou como parte de um projeto estatal que articulava o controle da violência urbana à reformulação simbólica da imagem da cidade diante de interesses econômicos e políticos mais amplos. Embora sustentada pelo discurso da integração social e da garantia da cidadania, essa política revelou limites estruturais ao manter práticas repressivas que incidem diretamente sobre o cotidiano das populações periféricas, evidenciando a permanência de desigualdades no acesso aos direitos e à proteção estatal.

Nesse sentido, as contribuições de Márcia Pereira Leite (2012) permitem ampliar a compreensão desse cenário ao demonstrar que a associação entre favela, marginalidade e violência não é um fenômeno recente, mas resultado de um longo processo histórico de construção simbólica que legitima formas específicas de gestão estatal desses territórios e de suas populações. A consolidação desse imaginário social contribui para a naturalização

da violência institucional e para a produção de estigmas que restringem o reconhecimento pleno da cidadania dos moradores das periferias, reforçando práticas de controle territorial e social que se atualizam nas políticas contemporâneas de segurança pública.

A narrativa de *Via Ápia*, ao representar a experiência cotidiana da favela, tensiona essas construções discursivas ao revelar a coexistência entre sociabilidade comunitária, pertencimento territorial e violência estatal. Ao deslocar o olhar para as vivências dos sujeitos periféricos, a obra evidencia que esses territórios não podem ser compreendidos apenas como espaços de criminalidade, mas como ambientes complexos, atravessados por relações afetivas, culturais e sociais que resistem às tentativas de redução simbólica impostas pelo discurso institucional. Dessa forma, a literatura de Geovani Martins opera como espaço de elaboração crítica das políticas de segurança e de suas contradições, permitindo visibilizar as formas pelas quais a presença estatal se manifesta simultaneamente como promessa de proteção e como mecanismo de controle.

Essa perspectiva se aproxima das reflexões de Achille Mbembe acerca da necropolítica, ao evidenciar como o Estado, por meio de suas políticas de segurança, estabelece regimes diferenciados de administração da vida e da morte, nos quais determinadas populações são expostas de maneira mais intensa à violência e à precarização das condições de existência. Ao revelar essas dinâmicas, a literatura periférica contribui para o questionamento das narrativas hegemônicas sobre a violência urbana e amplia o debate sobre cidadania, direitos e justiça social no contexto das grandes cidades brasileiras.

Assim, ao articular análise literária e reflexão sociopolítica, este estudo demonstra que *Via Ápia* não apenas representa a realidade das periferias urbanas, mas atua como forma de intervenção crítica no debate público sobre segurança, território e desigualdade social, reafirmando o papel da literatura como espaço de produção de memória, denúncia e reconfiguração das narrativas sobre a cidade e seus sujeitos historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Monique Batista. **A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura.** 2013.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.** M-1 edições, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada.** *In:* Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Organizadores: Costa, Joaze Bernardino. Torres, Nelson Maldonado. Grosfoguel, Ramón. 2. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo.** - 2 ed-São Paulo, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** N-1 Edições; 1ª edição, 2018.

MARTINS, GEOVANI. **Via Ápia.** -1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. **“Literatura marginal”: os escritores da periferia entram em cena.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PEREIRA LEITE, Márcia. **Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de

Segurança Pública, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 374–388, 2012. DOI: 10.31060/rbsp.2012.v6.n2.126.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

REIS FILHO, Marcelo de Medeiros. **Cidades, Possibilidades e Violências: o Rio de Janeiro em O Sol na Cabeça (2018)**. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 22, n. 58, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.118005.

NOTAS

HISTÓRICO

RECEBIDO: 24/09/2025

APROVADO: 19/02/2026

PUBLICADO: 18/03/2026

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Ana Paula Menezes;

Coleta de dados: Ana Paula Menezes;

Análise de dados: Ana Paula Menezes;

Discussão dos resultados: Ana Paula Menezes;

Revisão e aprovação: Ana Paula Menezes.

FINANCIAMENTO

CAPES - PROJETO 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.